

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	11
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	17
2.6 Eventos subsequentes as DFs	19
2.7 Destinação de resultados	20
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	22
2.10 Planos de negócios	23
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	26
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	27
5.2 Descrição dos controles internos	31
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	39
5.5 Outras informações relevantes	40

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.10, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para (i) o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2022, a Biommm deu continuidade à sua estratégia de negócios e do seu projeto de expansão e crescimento no mercado brasileiro biofarmacêutico com: (i) a comercialização de seu portfólio de medicamentos em diabetes (comercialização dos medicamentos Wosulin® e Glargilin®), oncológicos (comercialização do medicamento Herzuma®) e anticoagulantes (comercialização do medicamento Ghemaxan®); (ii) validação e testes de sua unidade industrial; e (iii) formalização de parcerias estratégicas em biotecnologia.

Considerando as operações de aumento de capital privado no valor aproximado de R\$ 140 milhões efetuados em fevereiro e dezembro de 2022 e seu plano operacional projetado para o ano corrente, os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 1,5% (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). No mesmo período, o capital circulante líquido (representado pelo passivo circulante menos o ativo circulante) foi de R\$91.053 mil, a posição de disponibilidades de curto prazo era de R\$104.560 mil, a dívida líquida financeira totalizava R\$58.803 mil, com um índice de dívida líquida financeira sobre o patrimônio líquido de 37%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores Financeiros

A liquidez corrente é calculada através da divisão do ativo circulante com passivo circulante. O índice de liquidez corrente para o exercício de 2022 foi de 2,0. O índice de liquidez geral representado pela divisão entre o ativo total e a soma do passivo circulante e não circulante foi de 1,6.

Já o índice de endividamento financeiro total foi de 1,5 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia apresentou estrutura de capital adequada entre capital próprio e de terceiros e condizente com seu atual estágio, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	245.984
Capital próprio (patrimônio líquido)	159.109
Capital total (terceiros + próprio)	405.093
Parcela de capital de terceiros	60,72%
Parcela de capital próprio	39,28%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Visto às operações de aumento de capital efetuadas em 2022, a Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos, considerando que mantém capital circulante líquido positivo de R\$91.053mil, bem como o índice de endividamento geral que demonstra que a Companhia não é uma companhia endividada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aproximadamente R\$190.273 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

A Companhia possuía R\$172.284 mil de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2022. Por sua vez, a disponibilidade no curto prazo que resume nas linhas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia somavam R\$104.560 mil em 31 de dezembro de 2022.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia dispunha de contrato de financiamento cujo desembolso não havia sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, a Companhia utilizou capital de terceiros e próprio para honrar os compromissos para a construção e certificação da fábrica em Nova Lima (MG) e para registros de marcas e patentes, conforme demonstrado no item 2.1.b acima. A evolução dos financiamentos nos últimos três exercícios sociais está demonstrada no item 2.1(f). No que se refere a capital de giro, foram financiados predominantemente por capital próprio da Companhia, através das capitalizações privadas feitas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para capital de giro ou investimento, a Companhia poderá vir a captar recursos por meio de operações de dívida (nacionais ou estrangeiros) em bancos de primeira linha ou de capital.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritos os principais contratos financeiros da Companhia e as características de cada um.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) atingiu o montante total de R\$ 172.284 mil. No exercício de 2022, além da manutenção das atividades da Companhia, bem como investimentos na planta e sua certificação, a Companhia quitou parte do endividamento, conforme prazos contratuais.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022

Modalidade	Instituição financeira	Garantia	Vencimento	Taxa de Juros (*)	Saldo consolidado em 31/12/2022 (Em milhares de reais)
Empréstimo de longo prazo	BNDES	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	TLP + 3,39%	54.998
Empréstimo de longo prazo	BDMG FINEM	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	TLP + 4,05%	20.130
Empréstimo de longo prazo	BDMG FAPEMIG	Fiança, hipoteca e alienação fiduciária	2027	5,32%	20.324
Empréstimo de longo prazo	FINEP	Fiança, Hipoteca e alienação fiduciária	2027	TJLP	49.249
Empréstimo de curto prazo	SAFRA	Carta de crédito Standby, recebíveis e aplicações	2023	4,08%	28.697
Total					173.398

(*) A taxa de juros informada refere-se a data base de 31 de dezembro de 2021.

(**) Captação de recursos, aparada pela lei 4131, visando o alongamento de dívida em moeda estrangeira.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Contrato de Financiamento de nº 13.20416.1, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 54.998 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TLP + 3,39%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Contrato de Financiamento de nº 171.398/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 20.130 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TLP + 4,05%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o Contrato de Financiamento de nº 171.399/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 20.324 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de 5,32%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Contrato de Financiamento de nº 02.13.0232.00, com saldo devedor em aberto, em 30 de setembro de 2022, de R\$ 49.249 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TJLP.

Em 22 de março de 2022, a Companhia captou US\$ 5.300 mil junto ao Banco Safra por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei 4.131, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 28.697 mil. A dívida tem vencimento final em 03 de abril de 2023, e sobre o saldo devedor, será devida a taxa de juros de 4,08% a.a.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante o último exercício social, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante) consolidado somavam R\$72.284 mil, dos quais R\$51.050 mil tem vencimento a partir de 2023. A tabela a seguir demonstra o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022:

Instituição financeira	Data da captação	Vencimento final	Valor captado	Juros anuais	Saldo em 2022
BNDES	23/01/2014	2027	70.395	TLP + 3,39%	54.998
BDMG FINEM	23/09/2016	2027	21.000	TLP + 4,05%	20.130
BDMG FAPEMIG	23/01/2014	2027	30.000	5,32%	20.324
FINEP	14/03/2014	2027	54.129	TJLP	49.249
SAFRA (**)	05/03/2021	2023	25.981	4,08%	28.697
SAFRA (**)	27/02/2020	2022	30.263	2,89%	-
Custos de captação					(1.114)
TOTAL			231.768		172.284

(**) Captação de recursos, amparado pela Lei 4.131, visando o alongamento da dívida em moeda estrangeira.

(i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557 mil. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas as condições de amortização de principal e juros, que se dará mensalmente a cada dia 15, de juros, onde ficou estabelecido que sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,39% acrescido da TLP e também o alongamento da dívida que terá vencimento final em 2027 (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos. Em 15 de março de 2022 foi celebrado termo aditivo para fins de substituição de interveniente fiador. Ademais, em 24 de novembro de 2022, foi realizada a liberação restante dos recursos do contrato, no valor de R\$ 3.747 mil.

(ii) Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, por Escritura Pública, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referidos. O montante de juros será apurado e exigido mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato. Em RCA realizada em 09/08/2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 FINEP, no qual foram alteradas as condições para o desembolso dos recursos e as garantias. Em RCA realizada em 02/08/2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 3 FINEP, que tem como objeto constituir garantias ao Contrato nº 02.13.0232.00 acrescentando-se o item a Cláusula Décima Quarta, segunda hipoteca, em favor de Finep. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato de Financiamento nº 02.13.0232.00 no qual, foi repactuado o período de amortização e de vencimento deste contrato em 24 meses. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias.

(iii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES

Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas as condições de amortização de principal e juros, que se dará mensalmente no dia 15, de juros, onde ficou estabelecido que sobre o principal da dívida incidirão juros de 4,05% acrescido da TLP e também o alongamento da dívida que terá vencimento final em 2027; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos. Em 16 de maio de 2022 foi celebrado termo aditivo para fins de substituição de interveniente fiador. Ademais, em 14 de outubro de 2022, foi realizada a liberação restante dos recursos do contrato, no valor de R\$ 5.103 mil

(iv) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do Termo Aditivo 2 BDMG no qual foi alterado a finalidade do projeto passando a ser: implantação de uma unidade industrial biofarmacêutica em Nova Lima - MG, para produção de cristais de insulina humana recombinante, utilizando tecnologia própria, no âmbito do Programa MINAS ESTRUTURADOR. Em consequência desta alteração, os juros incidentes foram alterados para 5,32 (cinco vírgula trinta e dois por cento) ao ano, calculados por dias corridos, a partir da presente data, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias. Em RCA realizada em 25/08/2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Termo Aditivo 3 BDMG houve a alteração da vigência da Carta de Fiança, sendo emitida pelo prazo mínimo de 12 meses, devendo ser obrigatoriamente substituída até o 15º dia anterior ao do termo final do prazo de sua vigência, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato BDMG/BF nº 171.399/13 no qual, foi pactuado a suspensão do pagamento das parcelas de principal do Contrato, sem a incidência de encargos moratórios e com a manutenção da exigibilidade das parcelas de juros compensatórios, mensalmente, entre os períodos de 15 de maio de 2018, retomando-se, a partir de 15 de dezembro de 2018. . No dia 4 de junho de 2019 foram registrados em cartório os termos aditivos datados de 19 de março de 2019 referentes aos Contratos de Financiamentos de nº 171.398/13 celebrado entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia e o contrato de nº 171.399/13 celebrado entre o BDMG, com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Companhia. Foram negociadas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo o alongamento da dívida. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

(v) Cédula de Crédito Bancário Safra

Cédula de Crédito Bancário Safra: No dia 23 de março de 2022, a Companhia captou US\$5.300 mil por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei nº 4.131. A Companhia segue sua estratégia de captação de recursos em linha da sua política de financiamentos de suas operações e proteção cambial. A dívida tem vencimento final em 03 de abril de 2023 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 4,08% a.a.

Seguindo sua estratégia de gestão de dívida e caixa, no dia 21 de março 2023, a Companhia renovou a operação de empréstimo para capital de giro na modalidade Lei 4.131, sendo feito o pagamento do saldo de empréstimos nesta data, e contratado novo empréstimo no montante de US\$ 5.300, na mesma modalidade, com vencimento em abril de 2024. Essas operações permitiram o alongamento da sua dívida de curto prazo em moeda estrangeira.

A Administração da Companhia gerencia seu fluxo de caixa de acordo com suas disponibilidades versus seus compromissos, buscando constantemente maior eficiência nesta gestão e mantendo seus recursos aplicados no mercado financeiro de forma conservadora e em instituições de primeira linha.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de utilização dos financiamentos contratados e os percentuais já utilizados até 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados no quadro abaixo:

Instituição financeira	Total	Valor captado	% Utilizado	
BNDES	73.557	73.557	100%	
BDMG – FINEM	26.103	26.103	100%	
BDMG – FAPEMIG	30.000	30.000	100%	
FINEP	70.438	54.129	77%	
SAFRA	30.263	30.263	100%	
TOTAL	230.361	214.052	93%	

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações do resultado e do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita operacional líquida	104.954	100%	107.090	100%	-2%
Custos de revenda de mercadorias e serviços prestados	(88.958)	-85%	(80.156)	-75%	11%
Lucro bruto	15.996	15%	26.934	25%	-41%
Receitas (despesas) operacionais	(102.232)	-97%	(92.583)	-86%	10%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(86.236)	-82%	(65.649)	-61%	31%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(6.953)	-7%	(14.137)	-13%	-51%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(93.189)	-89%	(79.786)	-75%	17%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	630	1%	(475)	0%	-233%
Prejuízo do período	(92.559)	-88%	(80.261)	-75%	15%
EBITDA	(73.985)	-70%	(54.025)	-50%	37%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$104.954 mil comparativamente a R\$107.090 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma redução de R\$2.136 mil ou - 2%. Esta variação deve-se substancialmente a redução dos preços de venda praticados ao longo do ano, em função de concorrência no mercado de forma geral e ao mix de vendas. Os volumes comercializados das marcas Herzuma® e Ghemaxan® cresceram respectivamente 32% e 76% em relação ao ano anterior. Em diabetes houve um aumento de volume de vendas da marca Glargilin® em detrimento de uma redução da marca Wosulin®, o que demonstra uma substituição de demanda neste ano de 2022. Em 2021 e 2022, a Companhia operou com vendas do Herzuma®, Afrezza®, Glargilin® (iniciadas em março de 2021) e Ghemaxan® (iniciadas em abril de 2021).

Custo de revenda de mercadorias

Custo de revenda de mercadorias e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$88.958 mil, comparativamente a R\$80.156 mil no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$8.802 mil, ou 11%. Este aumento está diretamente ligado a variação do volume de vendas e mix de produtos vendidos em 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$15.996 mil comparativamente a R\$26.934 mil no mesmo período de 2021, representando 15% e 25% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma redução de R\$10.938 mil ou -41% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. Esta redução deve-se, principalmente, à redução no preço de venda por conta da concorrência envolvendo outros players do mercado, além do mix de vendas no ano.

Receitas (despesas) operacionais

As Receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$102.232 mil no ano de 2022 (R\$92.583 mil no ano de 2021), o que representa um incremento de 10% em relação ao ano de 2021. Este incremento está ligado principalmente a perda com medicamentos por questões de validade e aos gastos associados ao processo de validação e certificação da planta biofarmacêutica da Companhia, em Nova Lima (MG). O referido processo de validação e certificação da planta fabril toma tempo e gera despesas operacionais visto o nível de exigência por parte dos entes reguladores brasileiros, quando se trata de uma unidade fabril de medicamentos biotecnológicos.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

Receitas (despesas) financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram despesas de R\$6.953 mil, comparado a despesas de R\$14.137 mil em 2021, representando 7% e 13% da receita operacional líquida, respectivamente, o que significou uma queda de R\$7.184mil, ou uma redução de 51% quando comparado ao ano anterior. Essa variação está ligada, principalmente, ao aumento de receitas financeiras devido ao aumento da taxa de juros em 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia teve uma redução no lucro bruto no exercício de 2022. Os investimentos em processo de validação e certificação da planta em Nova Lima associado a perdas com medicamentos, contribuíram para o aumento de despesas operacionais e consequentemente impactaram na variação do Resultado antes dos impostos sobre o lucro. O Resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de uma despesa de R\$93.189 mil comparativamente a R\$80.261 mil no mesmo período de 2021, representando 89% e 75% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma variação de R\$13.043 mil ou 17% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do Lucro Bruto de 41% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de uma receita de R\$630 mil comparativamente a uma despesa de R\$475 no mesmo período de 2021, representando 0,6% e 0,0% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou uma variação de R\$1.105 mil ou -233%% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. Esta variação é atribuída substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais não realizadas do exercício.

Prejuízo do período

O Prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$92.559 mil comparativamente a R\$80.261 mil no mesmo período de 2020, representando 88% e 75% da receita operacional líquida, respectivamente, o que representou um aumento de R\$12.298 mil ou 15% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. Este aumento é atribuído substancialmente a redução do lucro bruto de 41% haja vista que a variação das despesas operacionais e financeiras praticamente se compensaram no comparativo dos exercícios.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(62.999)	(93.784)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.160)	61.492
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	113.778	7.419

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou -R\$62.999 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a -R\$93.784 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A variação positiva de R\$30.785 mil, ou 33%, é justificado pela operação da Companhia, bem como gerenciamento de compras e estoque de segurança visando a proteção do caixa da Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou -R\$6.160 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa consumido de 61.492 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução no consumo de caixa de R\$67.652 mil, ou 110%, é justificada pelo aumento da aplicação financeira em 2022 comparado a 2021 em função das operações de aumento de capital explicadas no tópico a seguir.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$113.788 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$7.419 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento de R\$106.359 mil, ou 1.434%, é justificada, principalmente, pelos aumentos de capital ocorridos em 2022, com ingresso de caixa de R\$128.326 em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi a venda de biomedicamentos.

A Biomm é uma Companhia especializada e focada em biomedicamentos. Em 2022 a Companhia manteve sua operação com a comercialização e distribuição dos medicamentos Herzuma, Glargilin, Wosulin, nas apresentações do tipo "NPH" e do tipo "Regular", e Ghemaxan.

Descrição dos Componentes Principais de nossos Resultados Operacionais:

Segue abaixo um resumo dos itens que compõem nossa demonstração de resultados:

Receita bruta

A receita bruta é proveniente da comercialização de medicamentos pela Companhia.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é proveniente de comercialização de medicamentos pela Companhia deduzida de impostos, descontos e devoluções.

Custos dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em custos relacionados a aquisição dos produtos, que abrange além do custo do produto propriamente dito, outros gastos necessários para ter o produto disponível para venda, como por exemplo, gastos com importação e custos logísticos inbound. O Custo do produto vendido é a parcela do custo do estoque que foi vendido no ano.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem principalmente em despesas relacionadas a folha de pagamento de pessoal da força de vendas, gastos com A&P em geral, despesas relacionadas a fretes outbound, entre outros.

Despesas administrativas

As despesas administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a folha de pagamento de pessoal das demais áreas da Companhia não diretamente relacionadas a venda, e demais despesas operacionais administrativas (manutenção e utilidades, serviços gerais, prestadores de serviços, honorários, entre outros) e gastos com a certificação e validação da sua unidade industrial em Nova Lima.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado, não relacionadas a operação da Companhia e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm um impacto irrelevante nos resultados consolidados.

Receitas financeiras

2.2 Resultados operacional e financeiro

A receita financeira é relacionada ao fluxo da empresa de caráter monetário, como os juros recebidos, rendimentos das aplicações financeiras, receitas com variação cambial advinda de variações positivas do câmbio, ou qualquer outro ganho que seja financeiro.

Despesas Financeiras

A despesa financeira consiste principalmente no custo dos empréstimos captados para financiamento do *ramp up* da operação e do plano de negócios da Companhia. Somos financiados principalmente através de empréstimos de longo prazo vinculados a aplicação dos recursos para desenvolvimento da empresa. As despesas financeiras também incluem despesas com variação cambial advinda de variações negativas do câmbio, custo de garantias bancárias, correções monetárias sobre depósitos e bloqueios judiciais e juros sobre provisões, e custo de vendas de recebíveis.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O setor biofarmacêutico pode ser afetado pelas mudanças na confiança do consumidor que reflete na demanda, mas também pela regulação, concorrência, sazonalidade, alterações no câmbio e regulação de preço pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.

As incertezas políticas e as condições econômicas gerais do país podem ter efeitos adversos no poder aquisitivo do consumidor, custos das mercadorias adquiridas, disponibilidade de mão de obra e de mercadorias e outros fatores que afetam nossos negócios e o setor farmacêutico em geral.

As atividades e resultados financeiros e operacionais também podem ser substancialmente afetados por aquisições e desinvestimentos realizados pela Companhia, visando adequar seu portfólio a novos patamares de crescimento e rentabilidade. Além dos fatores acima as atividades e resultados financeiros também são impactados pelo patamar das taxas de juros praticadas no país, principalmente Selic / CDI, TJLP e inflação (IPCA) que são os principais indexadores da dívida e aplicações em reais da Companhia.

Os fatores que podem afetar materialmente os resultados operacionais da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Situação macroeconômica brasileira.

A operação da Companhia está situada no mercado brasileiro, assim, as condições macroeconômicas do país podem influenciar no resultado operacional da Companhia por meio, por exemplo de crises políticas, oscilações expressivas nas taxas de câmbio, taxa de juros e ou nos índices inflacionários.

Devido ao modelo de negócios da Companhia, e parcerias com fornecedores internacionais, variações no câmbio podem afetar o resultado operacional da Companhia, positivamente ou negativamente.

Variações nas taxas de juros podem impactar o resultado operacional da Companhia por meio de reajustes de contratos e, ainda, na evolução nos empréstimos que acompanham indicadores como a TJLP e TLP.

b) Regulatório

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia está sujeita a regulações no mercado farmacêutico que incluem o controle de preços conforme orientações da CMED. Os ajustes nos preços dos produtos farmacêuticos são realizados anualmente, e podem não acompanhar a evolução dos custos dos produtos, que, por sua vez, podem ter sido impactados por outros fatores, como por exemplo, a taxa de câmbio, que pode ter um impacto negativo maior do que o positivo do incremento de preços no resultado operacional da Companhia.

c) Concorrência

O segmento de mercado em que a Companhia atua é competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias com presença no mercado nacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que podem concorrer com os produtos oferecidos pela Companhia. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços comercializados, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

d) Sazonalidade

O mercado de atuação da Companhia pode ser afetado ao longo do ano em períodos que a demanda pelos medicamentos é sazonalmente menor.

e) Demanda

A Companhia vem ao longo dos anos buscando parcerias ao redor do mundo para aumentar e qualificar cada vez mais o seu portfólio de produtos. Atualmente, a Companhia conta com 3 medicamentos para diabetes, 1 para oncologia e 1 para trombose. A demanda pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo: (i) o envelhecimento da população, que tende a aumentar a demanda por medicamentos; (ii) parcerias público/privadas para atender a alguma necessidade específica; e (iii) os lançamentos de produtos inovadores.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações das receitas na Companhia são afetadas principalmente quando ocorre a entrada de novos produtos para vendas no mercado brasileiro, bem como quando há um efeito concorrencial de outros players no mercado.

No exercício de 2022 a Companhia enfrentou um aumento de concorrência de mercado por preço de venda, gerando uma ligeira redução de sua receita líquida em 2% quando comparado com o exercício anterior.

Adicionalmente, há produtos do portfólio da Biommm que estão em fase de submissão a ANVISA e/ou aprovação regulatória, que deverão refletir no aumento gradual da receita, conforme cada medicamento entre no mercado.

Por fim, a taxa de câmbio não interfere na receita de vendas de produtos da Companhia, pois a venda é feita em moeda Real e abrange somente o mercado brasileiro. Ressalta-se que a venda de medicamentos está em conformidade com as exigências regulatórias (CMED) que controla o preço de vendas de medicamentos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação afeta diretamente o resultado operacional por meio de reajustes contratuais que acompanham indicadores como IPCA e IGP-M. Os custos dos empréstimos contratados pela

2.2 Resultados operacional e financeiro

Companhia cujas taxas de juros estão atreladas a indicadores como TJLP e TLP também podem aumentar caso ocorra um aumento na inflação.

O aumento de preços calculado pela CMED também considera, como um dos componentes para cálculo do fator de reajuste, a variação do IPCA.

A inflação pode interferir, ainda, no rendimento das aplicações financeiras, o que impacta positivamente o resultado financeiro.

A Companhia está exposta aos riscos cambiais que interferem diretamente no custo de importação dos medicamentos, além disso, o câmbio influencia na atualização dos mútuos entre partes relacionadas, nas aplicações financeiras e, também, na consolidação do balanço da Companhia, junto as subsidiárias internacionais. O resultado financeiro é atualizado mensalmente de acordo com a competência contábil, acompanhando a taxa de câmbio no referido mês.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2022

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

(b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia foi emitido sem ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia atingiu no último exercício social EBITDA de -R\$73.985mil como medição não contábil.

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM nº 527/12"), conciliada com suas demonstrações contábeis e consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício ou do período, do imposto de renda e contribuição social, das receitas e despesas financeiras e das despesas de depreciação.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa do período apresentado e, portanto, não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia, nem como base para distribuição de dividendos, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Demonstrativo do EBITDA (Consolidado em R\$ mil)	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(92.559)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(630)
Resultado financeiro	6.953
Depreciação e amortização	12.251
EBITDA - Instrução CVM 527	(73.985)

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA é medição apropriada para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social (corrente e

2.5 Medições não contábeis

diferido) e resultados financeiros, líquidos. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de carga tributárias de imposto de renda e contribuição social, bem como pelos níveis de depreciação e amortização. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma adequada compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nas últimas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 23 de março de 2023, tivemos os seguintes eventos subsequentes:

Indeferimento do registro da vacina Convidecia na Anvisa

No dia 9 de janeiro de 2023, a Anvisa publicou no Diário Oficial da União o indeferimento do pedido de registro definitivo da vacina Convidecia, contra Covid-19. Essa decisão ainda é passível de recurso administrativo e a Companhia adotará todas as medidas cabíveis para revertê-la.

Postergação do exercício dos Bônus de Subscrição

No dia 25 de janeiro de 2023 foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração as postergações dos períodos de exercício dos Bônus de Subscrição da 1ª, 2ª e 3ª Emissões. Em razão de tal deliberação: os Bônus de Subscrição da 1ª Emissão serão exercíveis de 1º de fevereiro de 2024 até 18 de março de 2024; os Bônus de Subscrição da 2ª Emissão serão exercíveis de 3 de fevereiro de 2025 até 18 de março de 2025; e os Bônus de Subscrição da 3ª Emissão serão exercíveis de 2 de fevereiro de 2026 até 18 de março de 2026.

Participação acionária

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia recebeu correspondência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. ("BDMG") informando que houve uma diluição em sua participação acionária passando para 4,97% do total das ações Ordinárias da Companhia. O BDMG informou ainda que as participações societárias acima mencionadas não tem objetivo de alterar a composição de controle ou estrutura administrativa da Companhia.

Ofício circular CVM 1/2023

Em 13 de fevereiro de 2023 a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, emitiu orientações quanto a aspectos relevantes a serem observados quando da elaboração e publicação das demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em face de decisão do pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária.

A Biommm e suas subsidiárias, em conjunto com seus assessores legais, analisaram a decisão do Plenário do STF sobre coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885 do STF), não havendo impacto material identificado.

Renovação contratação de operação financeira

Seguindo sua estratégia de gestão de dívida e caixa, no dia 21 de março 2023, a Companhia renovou a contratação de operação financeira referente a uma captação de recursos no valor de US\$ 5.300, amparada pela lei nº 4131 para capital de giro, visando o alongamento da sua dívida de curto prazo em moeda estrangeira.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de destinação de resultados

	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	Do lucro líquido do exercício será aplicado 5% na constituição de reserva legal da Companhia, que não excederá 20% do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício, depois de atendidas as disposições legais, deverá ser distribuído como dividendo.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares os quais caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo anual obrigatório.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável, bem como não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação dos resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia está em pleno processo de validação e certificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de sua unidade fabril em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, destinada à produção e comercialização de medicamentos biológicos. A conclusão deste processo é fundamental para que as atividades de fabricação do produto acabado sejam iniciadas.

O processo de validação e certificação é minucioso. Cabe destacar que todas as qualificações de desempenho (PQ) de utilidades limpas (água purificada, água para injetáveis, vapor limpo, HVAC) foram concluídas satisfatoriamente. Além disso, os testes de qualificação de desempenho de esterilidade das linhas de enchimento sob operação (Media Fill) também foram concluídos e aprovados (PQ).

Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia obteve a Certificação Técnico Operacional (CTO) da fábrica biofarmacêutica de Nova Lima para a produção de medicamentos injetáveis, como resultado da inspeção bem sucedida da Vigilância Sanitária (VISA) entre os dias 21 a 25 de novembro do mesmo ano.

Atualmente encontram-se em andamento os testes de validação de produção do Glargilin® (qualificação de desempenho), sendo que a Companhia espera concluir com êxito e conforme todas as exigências técnicas aplicáveis.

A planta biofarmacêutica construída terá como validação inicial a produção de insulina (em diferentes tipos de ação) nas apresentações de frasco de 10 ml e em carpules de 3 ml para uso em canetas injetáveis.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu em outubro de 2016, uma edificação em andamento e um terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) que poderão ser utilizados para novos negócios. O modelo de construção da unidade industrial, faseado e modular, permitiu à Companhia iniciar a comercialização de produtos adquiridos de terceiros por meio do desenvolvimento de parcerias.

Em 2022 foram investidos R\$5.231 mil (R\$7.424 mil em 2021) em seu ativo imobilizado, sendo que, deste total, R\$1.863 mil (R\$1.365 mil em 2021) são direitos de uso por meio de contratos de arrendamento.

Os ativos da Companhia informados acima estão apresentados abaixo em milhares de reais na data base de 31 de dezembro de 2022:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	13.851	-	13.851
Edificações	26.616	(2.208)	24.408
Instalações	5.506	(2.587)	2.919
Máquinas e equipamentos	8.048	(3.870)	4.178
Equipamentos de proc. de dados	1.580	(968)	612
Construções em andamento	115.027	-	115.027
Direitos de uso	7.332	(5.820)	1.512
Outros	2.230	(976)	1.254

2.10 Planos de negócios

180190	(16.429)	163.761
<hr/>	<hr/>	<hr/>

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem como fontes de financiamentos operações de aumento de capital privado junto aos acionistas e a contratação de financiamentos (vide item 2.1.d acima deste Formulário de Referência).

A Companhia pode, no futuro, utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar empréstimos / financiamentos junto a instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia manteve continuidade nas atividades de implantação de sua planta biofarmacêutica para a produção de medicamentos biotecnológicos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu R\$170 mil (R\$4.126 mil no ano de 2021) em marcas do portfólio Biomm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento na data deste Formulário de Referência.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não há pesquisas em andamento na data deste Formulário de Referência.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia possui dois projetos em desenvolvimento: (i) custos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) para testes clínicos e pré-clínicos, para produção da Fábrica de Nova Lima, e (ii) custos com desenvolvimento interno para futura produção de insulina Glargina, compreendendo gastos com pessoal dedicados a pesquisa no desenvolvimento desse protótipo.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor total gasto até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$28.002 mil.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

2.10 Planos de negócios

A Companhia se mantém preocupada com questões ambientais e o impacto de suas ações neste sentido. Em que pese ainda não ter operação industrial a Companhia mantém uma atitude responsável no gerenciamento de seus resíduos.

Dentro dos aspectos sociais a Companhia vem incorporando melhores práticas em gestão de pessoas, fomentando emprego digno, inclusão e diversidade. Fornecedores ligados ao processo produtivo e de comercialização de medicamentos passam por um processo de qualificação antes do fornecimento a Companhia.

Adicionalmente a Companhia mantém uma estrutura de Governança, com código de conduta, que abrange questões relacionadas a transparência e políticas anticorrupção.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores a serem citados nesse item.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política específica, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta em virtude de suas atividades, incluindo controles em níveis gerenciais e rotinas administrativas.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Embora não possua política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia adota mecanismos internos que visam à prevenção e mitigação dos riscos identificados no curso do desenvolvimento de suas atividades.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Os principais riscos monitorados são:

Riscos Estratégicos: aqueles relacionados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. Estão associados também a (i) mudanças no setor farmacêutico; (ii) surgimento de tecnologias ainda não mapeadas pela Companhia; (iii) imposição de restrições regulatórias, em especial, mas não se limitando, às relativas ao tratamento de diabetes e oncológicos; (iv) mudanças na estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes mercados; ou (v) mudanças de políticas na administração municipal onde as plantas se encontram instaladas e/ou políticas tributárias nas esferas estaduais e federais.

Riscos Operacionais: aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estão associados também (i) à execução do plano de negócios da Companhia, que pode ser afetado por eventuais sanções ocasionadas pelos fornecedores ou pelos clientes; (ii) ao fato de que os produtos que compõem os negócios da Companhia estão sujeitos a aprovações por agências reguladoras, o que pode alterar ou causar atrasos em seu planejamento; (iii) riscos regulatórios relativos a garantia da qualidade dos medicamentos importados (iv) a mudanças de políticas das concessionárias de fornecimento de serviços e/ou insumos que podem impactar na sua disponibilidade para o empreendimento; ou (v) ao aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado, variações de câmbio e mudanças tributárias, como também de alterações legais e regulatórias nas localidades nas quais a Companhia opera.

Riscos Financeiros: aqueles relacionados ao mercado, como de taxas de juros, crédito e câmbio. Relacionam-se ainda com o nível de endividamento da Companhia, que é elevado e pode gerar restrições de liquidez.

Riscos Legais/de Conformidade: aqueles relacionados à possível imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou reputacional que a Companhia pode vir a sofrer pelo descumprimento de leis, regulamentos, do Código de Conduta e Ética ou de outros normativos internos. Incluem, ainda, os riscos de processos trabalhistas e questões tributárias, de corrupção, entre outros.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra a materialização dos riscos aos quais está sujeita, a Companhia tem como prática o mapeamento e análise constantes dos riscos identificados, mediante monitoramento constante do mercado onde atua. Com o controle constante, a Companhia é capaz de assegurar que a sua exposição a riscos seja monitorada e gerenciada.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia procura ter uma visão clara dos principais riscos a que está exposta, atuando sobre eles de forma sistemática por meio da adoção de medidas de proteção, dentre as quais se encontram, por exemplo:

- Desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia com foco na redução de custos;
- Implementação de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações. Tais ações incluem (i) o emprego de equipes de especialistas altamente qualificados e multidisciplinar; (ii) a contratação de profissionais com experiência do mercado, incluindo gestores com experiência na indústria farmacêutica; e (iii) o monitoramento constante das atualizações regulatórias e legislativas pelo time técnico da Companhia;
- Monitoramento contínuo dos sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como realização de campanhas de prevenção para melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores da Companhia;
- Construção de parcerias de longo prazo por meio de escolha de parceiros capacitados para toda a Companhia. Os critérios adotados para a definição dos parceiros podem envolver análises de viabilidade, procedimentos de *due diligence* anteriores à contratação, acordo de confidencialidade, verificação da capacidade de transporte dentro das exigências de qualidade e temperatura, dentre outros, conforme descritos na Política de Compras da Companhia;
- Ênfase no controle de gastos, gestão de passivos, gestão de resultados, gestão de capital de giro e de ativos;
- Adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de desvios de conduta;
- Monitoramento sistemático de mudanças nas políticas governamentais e de regulamentação do setor, para reagir rapidamente e se adequar tempestivamente a estas mudanças;
- Contratação de seguros;

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme abordado nos tópicos acima, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta. No nível gerencial mais alto da administração da Companhia, esse acompanhamento cabe à Diretoria, que se reporta periodicamente ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração auxilia na mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta por meio da orientação e planejamento estratégico dos seus negócios, em linha com as atribuições que lhe são conferidas por lei e Estatuto Social. Ademais, as práticas implementadas têm sido coordenadas pelo Diretor Presidente (CEO), juntamente com a Diretoria Financeira, o Departamento Jurídico interno da Companhia e assessores externos especializados.

A Companhia conta ainda com Comitês Consultivos de apoio ao Conselho de Administração e à Diretoria, que têm por objetivo auxiliar no monitoramento, identificação e mitigação dos potenciais riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de recomendações não vinculativas. São eles:

Comitê de Auditoria: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (ii) acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras; e
- (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las.

Comitê de RH e Remuneração: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) selecionar candidatos aos cargos de Diretoria da Companhia e indicá-los para eleição pelo Conselho de Administração; e
- (ii) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como diretrizes para atração e retenção de talentos; entre outras atribuições.

Comitê de Estratégia: órgão não estatutário composto cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2014. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) propor a estratégia de atuação da Diretoria e auxiliá-la e aconselhá-la em suas atividades cotidianas e operacionais;
- (ii) monitorar a evolução da gestão da Companhia;
- (iii) acompanhar a execução, pela Diretoria, do plano anual, bem como discutir com a Diretoria e apresentar ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral novas matérias não constantes em tal plano para apreciação por tais órgãos; e
- (iv) sempre que julgar necessário, auxiliar na atuação da Diretoria, visando à sua otimização; entre outras atribuições.

Comitê de Ética: órgão colegiado de assessoramento e orientação à alta administração cuja criação, instalação e nomeação de membros foi aprovada por deliberação da Presidência em 15 de abril de 2021. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco de *compliance* da BIOMM, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
- (ii) avaliar as ocorrências e denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou qualquer outro meio e aplicar sanções e as penalidades descritas no Código de Ética e Conduta e na legislação trabalhista, comunicando formalmente à alta administração, inclusive em casos envolvendo denúncias contra membros da Diretoria, devendo, nestes casos, reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- (iii) acompanhar funcionários, fornecedores e parceiros de negócios da BIOMM quanto ao cumprimento das normas de integridade corporativa, exigindo e zelando pela sua fiel execução;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) monitorar aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do Código de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias;
- (v) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesse sempre que julgar necessário ou mediante solicitação da alta administração;
- (vi) submeter à alta administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente;
- (vii) revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Ética e de Conduta da BIOMM; e
- (viii) aprovar as políticas e demais normas internas de integridade da BIOMM.

O Comitê de Ética se reporta diretamente ao Conselho de Administração, reúne-se a cada dois meses ou em periodicidade menor, mediante necessidade, e é composto pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de *Compliance*), Diretor Financeiro e *Head* de Gestão de Pessoas da Companhia. Os membros do Comitê de Ética serão designados pela alta direção e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Crédito e Cobrança: O Comitê de Crédito e Cobrança foi constituído em outubro de 2020, com objetivo de estabelecer diretrizes e deliberar Políticas de Crédito, Cobranças, recuperação de crédito e as alçadas, bem como analisar, emitir parecer e deliberar as operações de crédito dentro dos limites de sua alçada decisória, podendo este ser presencial ou por meio eletrônico trimestralmente. É composto pela Gerência de Tesouraria, Diretoria Financeira e RI, Diretoria Comercial e Diretor-Presidente.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme descrito nos itens acima, a alta administração e diversos órgãos da Companhia monitoram e avaliam, por meios considerados adequados, se a atuação da Companhia está de acordo com os níveis de risco entendidos como aceitáveis e se suas atividades representam exposição a riscos que comprometa o atendimento dos objetivos da Companhia.

Em vista de seu porte, riscos correspondentes e volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que a sua estrutura atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos que objetivam monitorar seus processos operacionais e financeiros. A Companhia adota como prática a dupla checagem dos números, o que é feito tanto pelo departamento de contabilidade quanto pela controladoria. Os Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são eficazes e suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade.

Os controles internos relacionados à divulgação de informações financeiras da Companhia consistem em procedimentos elaborados para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM, e de acordo com de acordo com as IFRS. Os controles internos também fornecem garantias de que o fluxo financeiro seja gerido de acordo com as autorizações da administração da Companhia.

Os controles internos para divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registros que refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos da Companhia;
- Proveem segurança de que as informações financeiras da Companhia são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as melhores práticas contábeis vigentes, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da administração; e
- Proveem segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada e uso ou disposição de ativos que poderiam gerar efeito material nas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Companhia adota as seguintes principais atividades de controles internos, realizadas por áreas de atuação específica na Companhia:

- Financeiro: Responsável, dentre outras atividades, por conciliações bancárias diárias; elaboração de planilhas auxiliares de controles financeiros; aprovação de pagamentos mediante aprovação da Diretora Financeira; monitoramento da carteira de clientes; matriz de aprovação de limites de crédito;
- Controladoria: Responsável, dentre outras atividades, por acompanhamentos mensais de resultado Real X Orçado submetido à Diretoria e ao Comitê de Estratégia e atualização também mensal da projeção atualizada do orçamento (*forecast*);
- Contabilidade: Responsável, dentre outras atividades, pelo fechamento contábil mensal com prática de validação da escrituração contábil mediante documentos hábeis que condizem com os saldos de cada conta contábil, controles auxiliares sobre as contas contábeis mais relevantes, atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas por colaboradores independentes, informações devidamente revisadas por superiores imediatos;
- Controle Patrimonial: Responsável, dentre outras atividades, pelo controle de identificação patrimonial; gerenciamento do patrimônio em sistema; realização de

5.2 Descrição dos controles internos

inventários patrimoniais anuais; controle do imobilizado em andamento devido sua atual relevância;

- Compras: Responsável, dentre outras atividades, pela matriz de aprovação de compras em alçadas pré-determinadas, de acordo com o Estatuto Social e o acordo de acionistas da Companhia, a qual requer obrigatoriamente a aprovação sistêmica da controladoria e do gestor da respectiva área e, conforme o valor envolvido, a aprovação da Diretora Financeira, Diretor Presidente e/ou Conselho de Administração; processo de avaliação e qualificação de fornecedores críticos; monitoramento dos processos por meio do indicador KPI (*Key Performance Indicator*);
- Vendas: Responsável, dentre outras atividades, pela matriz de aprovação do pedido de vendas.
- Compliance: Responsável, dentre outras atividades, pelo estabelecimento de políticas e mecanismos de controle relacionadas a transparência e integridade em todos os níveis da Companhia, bem como a realização de treinamentos iniciais e periódicos a todos os empregados (incluindo a alta administração) acerca dos princípios básicos de integridade e demais diretrizes ligadas a matéria anticorrupção ou fraude. A área de *Compliance* é atualmente estruturada junto ao Departamento Jurídico da Companhia e composta pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de *Compliance*) e o Comitê de Ética.

Adicionalmente, no que tange aos controles relacionados à gestão de riscos de conformidade (*Compliance*), a Companhia possui Código Corporativo de Conduta e Ética ("Código de Conduta e Ética"), divulgado a todos a seus colaboradores, e mantém mecanismos internos de controle com foco em redução de riscos, segregando funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação e travas sistêmicas. Vale ressaltar também a existência de Comitê de Ética, órgão colegiado consultivo e permanente de assessoramento e orientação à alta administração.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos a fim de melhorar a eficiência de seus controles, contribuindo para o maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência. Todos os riscos são monitorados de forma contínua pela administração da Companhia, e a Diretoria monitora e avalia constantemente a adequação das nossas práticas às nossas operações. Eventuais adaptações ou ajustes aos procedimentos de controles internos são realizados por nossos administradores à medida em que são julgados necessários. Embora não tenhamos uma política específica e formal de gerenciamento de riscos, acreditamos que nossa estrutura operacional e nossos controles internos são adequados para a verificação da efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos.

Atualmente a Companhia é auditada pela PricewaterhouseCoopers (PWC) Auditores Independentes, que elabora, anualmente, carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia que é encaminhada à administração e ao Comitê de Auditoria.

O gerenciamento de risco e controles internos é igualmente assegurado por meio de outras políticas esparsas existentes, as quais foram avaliadas pelos auditores externos e são exercidas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia. Tais políticas auxiliam no controle e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta, e incluem, entre outras, Política de Gestão Contábil, Política de Contas a Pagar, Procedimento de Faturamento, Política de Contratação e Desligamento, Procedimento De Compras e Política de Qualificação e Avaliação de Fornecedores.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

Além das estruturas descritas no item 5.2.a. acima, nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, estabelecem e mantêm, juntamente

5.2 Descrição dos controles internos

com o Conselho de Administração, controles internos que entendem adequados para a divulgação de informações financeiras.

O Diretor Presidente e a Diretoria Financeira contam com o suporte do Comitê de Auditoria, órgão não estatutário composto por até 5 membros eleitos pelo Conselho de Administração, administradores da Companhia ou não, cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016 (para maiores informações de respeito da atuação do Comitê de Auditoria, vide item 5.1 deste Formulário de Referência).

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, monitoram os controles internos existentes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, auxiliados pelo Comitê de Auditoria e pelas áreas Financeira, Controladoria, Contabilidade, Controle Patrimonial e Suprimentos.

Como parte do processo de supervisão dos controles internos, a Diretoria elabora para cada área existente no âmbito da Companhia um mapeamento dos procedimentos de suas principais atividades, a fim de estabelecer um padrão nas rotinas diárias de cada uma das áreas, assim como promover o registro das atividades mais complexas desenvolvidas por cada uma delas por meio da elaboração de fluxogramas.

Além disso, por possuir um trabalho de auditoria externa contratada, a Companhia é submetida a análise dos procedimentos de controle interno por seus auditores, que emitem um relatório anual com relação aos riscos identificados nos controles internos.

A revisão dos procedimentos internos é realizada a cada dois anos, adequando os controles existentes às novas demandas da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não reportaram quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui, como principal mecanismo de integridade, Código de Conduta e Ética, adotado desde 2017, em versão vigente datada de março de 2019 e que passa atualmente por nova revisão, com última versão aprovada em março 2021. Ainda, responsável pelo exercício de funções voltadas à integridade corporativa está a área de Compliance, composta pelo Compliance Officer (Gerente Jurídico e de Compliance) e Comitê de Ética, estruturas que exercem suas atividades em estrita observância ao disposto no Código de Conduta e Ética.

O Código de Conduta e Ética contempla princípios, valores e diretrizes que devem guiar o comportamento de todos os stakeholders em suas relações internas e externas, para consolidar previsões específicas relativas, entre outros temas, a (i) prevenção à corrupção e a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo; (ii) conflito de interesses; (iii) trabalho infantil ou escravo; (iv) relações com profissionais de saúde, associações de pacientes; (v) relações com fornecedores e terceiros; (vi) boas práticas promocionais; (vi) concorrência desleal, normas antitruste e livre concorrência; (vii) relação com funcionários do governo; (viii) uso e administração de ativos e recursos; (ix) iniciativas filantrópicas; (x) prevenção contra o uso de informações privilegiadas, entre outros.

Especificamente quanto à prevenção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, o Código de Conduta e Ética contém previsão expressa sobre a interação com funcionários do governo (item 5.3), com determinação de (i) regras específicas para reuniões com funcionários do governo, (ii) proibição de aceite e/ou oferecimento de presentes; propinas, comissões, favores especiais empréstimos, dinheiro, doações ou benefícios familiares aos mesmos; (iii) proibição para financiamento de viagens para funcionários do governo que sejam de caráter pessoal ou familiar; (iv) proibição de influência no processo de licitação ou ofertas públicas, bem como qualquer outro ato que tenha por objetivo induzir um funcionário do governo a abusar de sua posição ou a obter vantagem indevida que produza danos reputacionais, operacionais ou econômicos à Companhia.

O Código de Conduta e Ética prevê ainda práticas específicas de prevenção à corrupção e suborno, definidas e orientadas fortemente à proteção da imagem, reputação e integridade financeira da Companhia e ao combate à realização de negócios por meios impróprios. A Companhia possui também Procedimento de Representação Perante Terceiros, norma interna cujo objetivo é estabelecer critérios, limites e procedimentos para o custeio de verbas de representação, troca de cortesias, brindes e presentes.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável, sendo que todas as decisões inerentes aos seus negócios são submetidas a prévia análise e deliberação pela Administração, conforme as competências estabelecidas no Estatuto Social.

Além do Código de Conduta e Ética supracitado, a Companhia adota outros controles internos e políticas que foram avaliadas pelos auditores externos e são executadas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos comitês consultivos e pelas diversas áreas

5.3 Programa de integridade

que compõem a estrutura da Companhia, possibilitando que os riscos a que está exposta sejam controlados e mitigados.

Todos os procedimentos existentes, inclusive o Código de Conduta e Ética, estão sujeitos à revisão na periodicidade bianual. A Companhia considera os procedimentos de integridade adotados adequados ao seu perfil e aos principais riscos aos quais está submetida.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance, composta pelo *Compliance Officer* (Gerente Jurídico e de Compliance) e Comitê de Ética, é responsável pelo desempenho das funções de compliance e integridade corporativa na Companhia, monitorado seu funcionamento e eficiência.

É responsabilidade do Compliance Officer, função atualmente exercida pelo Gerente Jurídico e de Compliance, assegurar o cumprimento pela organização das regras estabelecidas na legislação anticorrupção vigente, além de prover suporte técnico à Diretoria, bem como às diversas áreas da organização na gestão de riscos de Compliance de modo a cumprir os objetivos principais do Programa de Integridade da Companhia. Dentre suas atribuições, estão:

- (i) Criar e implementar o efetivo programa de integridade e supervisionar todos os assuntos a ele relativos;
- (ii) Reportar-se ao Comitê de Ética regularmente quanto aos assuntos a ele subordinados;
- (iii) Liderar e participar de suas reuniões, desenvolver relatórios e documentar informações, levando ao conhecimento da alta direção, quando houver, acerca de eventuais situações de risco de Compliance da organização;
- (iv) Coordenar recursos para assegurar a efetiva manutenção do programa de integridade;
- (v) Implementar e operar eficazmente o canal de denúncias, inclusive de denúncias anônimas, acessível a todos os colaboradores, voluntários, clientes e terceiros, bem como garantir a política de não retaliação e confidencialidade aos usuários;
- (vi) Estabelecer e revisar políticas e procedimentos de Compliance;
- (vii) Desenvolver programas de treinamento para todos os empregados, fornecedores e parceiros de negócios e trabalhar com os colaboradores e gestores para garantir que eles estejam cientes das leis e regulações concernentes às responsabilidades e ao agir ético;
- (viii) Assegurar que os controles internos sejam capazes de prevenir e detectar atos ou padrões antiéticos, ilegais ou impróprios por qualquer colaborador, agente intermediário, diretor ou terceiro, entre outras previstas no Manual de Compliance.

O Comitê de Ética, por sua vez, é órgão colegiado de assessoramento e orientação à alta administração cuja criação, instalação e nomeação de membros foi aprovada por Deliberação da Presidência em 15 de abril de 2021. O Comitê de Ética, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, reúne-se a cada dois meses ou em periodicidade menor, mediante necessidade, e é composto pelo Compliance Officer (Gerente Jurídico e de Compliance), Diretor Financeiro e *Head* de Gestão de Pessoas da Companhia. Destacam-se entre as suas atribuições:

- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco de Compliance da BIOMM, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;

5.3 Programa de integridade

- (ii) avaliar as ocorrências e denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou qualquer outro meio e aplicar sanções e as penalidades descritas no Código de Ética e Conduta e na legislação trabalhista, comunicando formalmente à alta administração, inclusive em casos envolvendo denúncias contra membros da Diretoria, devendo, nestes casos, reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- (iii) acompanhar funcionários, fornecedores e parceiros de negócios da BIOMM quanto ao cumprimento das normas de integridade corporativa, exigindo e zelando pela sua fiel execução;
- (iv) monitorar aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do Código de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias;
- (v) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesse sempre que julgar necessário ou mediante solicitação da alta administração;
- (vi) submeter à alta administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente;
- (vii) revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Ética e de Conduta da BIOMM; e
- (viii) aprovar as políticas e demais normas internas de integridade da BIOMM.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Conforme disposto no item 5.4.a.i acima, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética, revisado bianualmente, que traz dentre seus princípios norteadores o exercício das atividades com ética, transparência, impessoalidade e veracidade. O Código de Conduta e Ética é aplicável a todas as pessoas com vinculação direta, permanente ou temporária à Companhia, incluindo a alta administração, independentemente de hierarquia, cargo ou função, bem como a todos os que desenvolvem atividades para a Companhia ou em seu nome.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A Companhia realiza treinamentos iniciais e periódicos a todos os seus empregados e administradores acerca dos preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta e Ética e demais políticas e procedimentos internos de integridade. Tais treinamentos tem o objetivo de aculturar e sedimentar os princípios e processos de Compliance.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

O não cumprimento do Código de Conduta e Ética ou das normas de integridade aplicáveis levará à aplicação de medidas disciplinares previstas no próprio Código de Conduta e Ética e detalhadas em procedimento administrativo.

Para empregados da Companhia, as sanções aplicáveis incluem (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão por tempo indeterminado; e (iv) desligamento da Companhia, com ou sem justa causa. Para terceiros com os quais a Companhia mantém

5.3 Programa de integridade

relacionamento, as sanções incluem a notificação sobre o descumprimento de obrigação contratual ou a rescisão do contrato vigente com a Companhia.

Cabe ao Comitê de Ética a aplicação de sanções previstas no Código de Conduta e Ética, no que poderá ser auxiliado pelos departamentos Jurídico e de Recursos Humanos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta e Ética da Companhia encontra-se vigente e plenamente válido, tendo sido aprovado pelo Diretor Presidente da Companhia em 20 de dezembro de 2018.

O Código de Conduta e Ética da Companhia é divulgado internamente encontrando-se também disponível para consulta na rede mundial de computadores, no site da Companhia (<https://biomm.com/compliance>).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia conta com canal de denúncias externo ("Canal de Denúncias"), regido por procedimentos bem definidos para recebimento, direcionamento e apuração de potenciais violações às leis e regulamentos vigentes, bem como situações de infração ao Código de Conduta e Ética. O Canal de Denúncias pode ser acessado por diversas vias:

- E-mail: biomm@compliance-office.com;
 - Telefone gratuito: 0800.878.2472;
 - Acesso direto à plataforma da operadora do canal: www.compliance-office.com/biomm; e
 - Via física para o seguinte endereço: VIA ÉTICA – Biomm | Número do Relato | Rua Itapeva, 574, Cj. 51a, Bela Vista, CEP 01330- 000, São Paulo – SP.
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Denúncias é disponibilizado tanto para empregados da Companhia como para terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

A Companhia garante o anonimato dos denunciantes, que não precisam se identificar para utilizar o Canal de Denúncias. Todas as denúncias recebidas são investigadas de forma confidencial e responsável, garantindo assim que não haja consequências negativas à integridade ou reputação de um indivíduo, organização ou grupo social. A Companhia garante em seu Código de Conduta e Ética que não haverá retaliação a qualquer pessoa que, de boa-fé, realize uma denúncia por descumprimento ou suspeita de descumprimento de suas disposições.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Violações ao Código de Conduta e Ética serão analisadas pelo Comitê de Ética e pela Diretoria, as medidas apropriadas serão indicadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente, e a gravidade da violação.

5.3 Programa de integridade

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Ética, relatos e denúncias deverão ser informados à alta direção da Companhia, ao *Compliance Officer*, aos membros do Comitê de Ética e ao responsável jurídico da Companhia. O Secretário do Comitê de Ética será responsável pelo tratamento de denúncias e determinará o curso adequado de apuração e/ou investigação, que se darão de forma sigilosa e confidencial. Caso membros do Comitê de Ética estejam envolvidos em relatos ou denúncias, serão impedidos de participar de quaisquer atos relacionados à apuração, devendo ser substituídos por outro membro apto a atuar de forma isenta e imparcial.

No exercício de suas atividades de apuração de denúncias, o Comitê de Ética poderá ser auxiliado pelos departamentos Jurídico e de Recursos Humanos.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável, visto que a Companhia não participou de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias nos últimos cinco anos.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, consideradas as informações fornecidas neste item 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alteração significativa nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.